

História da morte: uma breve análise historiográfica de sua fase embrionária na França e a inserção desta temática no Brasil

*Felipe Tito Cesar Neto**

Resumo: Pretendemos neste artigo analisar a historiografia sobre as atitudes diante de morte, desde o seu nascimento na França e a inserção desta temática na historiografia brasileira. Chamaremos atenção para a importância da história das mentalidades no desenvolvimento desta temática, tornando possível que os historiadores debruçassem na morte enquanto objeto de estudo.

Palavras-Chave: História das mentalidades; História da morte; Ritos Fúnebres.

Abstract: We aim to analyze the historiography about attitudes towards death, since its birth in France and the insertion of this theme in Brazilian historiography. We will call attention to the importance of the history of mentalities in the development of this theme, making it possible for historians to look at death as an object of study.

Keywords: History of mentalities; History of death; Funeral Rites.

Desenvolvimento da História das Mentalidades

A Escola dos Annales e suas propostas influenciaram a historiografia em diversas áreas do conhecimento histórico. Com a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, os dois fundadores iniciaram um movimento que, em curso antes deles, seria a própria “Revolução Francesa da historiografia” contra o “Antigo Regime” na produção e *modus operandi* de fazer história.¹ A força de suas contribuições proporcionaram mudanças nos procedimentos e métodos referentes ao ofício do historiador.

As propostas da Escola dos Annales foram fundamentais para o desenvolvimento de novas pesquisas e construção do objeto em história. Deste modo, tornou possível conter o predomínio da história dos acontecimentos políticos

*Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: felipetito10@gmail.com.

¹ Para saber mais sobre o impacto da Escola dos Annales aos estudos históricos e suas três distintas gerações, Cf. BURKER, Peter. *A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

e dos grandes feitos, permitindo a possibilidade para estudar outros grupos que compõem a sociedade. Dentre elas, destacamos as seguintes: 1) Adotaram a prática da história problema em oposição à história factual; 2) Fomentaram o rompimento de uma produção oficial de história, ampliando a utilização de novas fontes, antes restrita a documentos escritos e institucionais, conseqüentemente, permitindo o estudo novos setores da sociedade; 3) Tornaram possível o diálogo da produção em história com outras áreas de estudos nas ciências humanas, possibilitando a interdisciplinaridade da pesquisa em história.²

A partir dessas mudanças teóricas e metodológicas, o campo da história das mentalidades desenvolveu-se, permitindo ao historiador explorar outros temas antes desconhecidos ou sem interesse pela antiga historiografia. Contudo, a gênese das mentalidades não se expandiu de imediato e, muitas vezes, viu-se apoiado em outros campos da história, como a história social, a história socioeconômica e pela história demográfica. Ao longo de seu desenvolvimento e ápice nas décadas de 1960 e 1970 na França, com o aumento da produção acadêmica e a dedicação dos pesquisadores em utilizar esta temática em suas análises de mestrado e doutorado, tornou-se possível a sua ampliação e impediu a continuidade da supremacia da história socioeconômica.³ Com o seu amadurecimento, não faltaram críticas em torno da sua ineficácia em delimitar o seu campo teórico, e muitos se dedicaram nessa empreitada de definir o que viria ser a história das mentalidades⁴. Entre essas críticas à história das mentalidades, tanto externas - por aqueles que são contrários a sua abordagem -, quanto internas - de seus praticantes -, contribuíram para o desenvolvimento da mesma e a sua assimilação pela Nova História Cultural.⁵ Por estes caminhos foi possível debruçar nas fontes e conceber a análise das atitudes diante da morte.

² Ibidem, pp. 137-143.

³ A trajetória da história das mentalidades pode ser conferida no artigo elaborado pelo historiador francês Philippe Ariès, que mostra a gênese, o desenvolvimento e as implicações desse novo campo proporcionado com o nascimento do movimento dos Annales. Cf. ARIÈS, Philippe. "A História das Mentalidades" In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. pp. 205-236.

⁴ Cf. ARIÈS, Philippe, *Ibidem*; VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991; MANDROU, Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.

⁵ VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural". In: Cardoso, Ciro Flamarion, e Ronaldo Vainfas. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 144.

Historiografia

O historiador Phillipe Ariès é uma das principais referências francesas no tocante aos estudos das atitudes diante da morte. Durante anos de pesquisa empenhados no inconsciente coletivo ocidental, o autor analisou a morte e suas representações do período medieval até as últimas décadas do século XX. Ariès utilizou como ponto de partida das canções de Rolando, poema épico composto no século XI em francês antigo, inspirado pela campanha militar de Carlos Magno, o rei dos Francos, contra os mulçumanos; dos romances da Távola Redonda, que narra sobre a importante ordem da Cavalaria na corte do Rei Artur, no Ciclo Arturiano; e dos poemas de Tristão, que contam a lendária história sobre o amor trágico entre o cavaleiro Tristão e a princesa Isolda; de modo a entender como era a relação desses cavaleiros com a morte nesse período da Idade Média.

Esses cavaleiros não morriam de qualquer maneira. Para eles, a morte comum e normal, aquela que não se apoderava traiçoeiramente, era regulamentada por rituais costumeiros. Conforme o autor, sua característica essencial era que ela, em tempo, era percebida pelo moribundo. O contrário, e temida por eles, era a morte repentina ao qual não havia planejamento, sendo interpretada como absurdo do acaso ou disfarçada pela cólera de Deus. Assim, “nesse mundo tão familiarizado com a morte, a morte súbita era uma morte feia e desonrosa, aterrorizava, parecia estranha e monstruosa, e dela não se ousava falar”.⁶

Com podemos perceber, o autor nos concede uma informação de extrema relevância em sua análise. No seu marco inicial de pesquisa, a Alta Idade Média, a preocupação com os rituais de morte era algo importante presente neste período. Ou seja, “não é exclusivamente a morte súbita” que é vista de forma negativa, e sim, “a morte clandestina”, aquela que não obteve testemunhas em sua cerimônia e tempo para o preparativo de seu ritual de morte.⁷ Deste modo, quando o moribundo sentia-se próximo de seu fim - seja por pressentimentos, ferimentos ou doenças -, era preciso cuidar dos preparativos de uma boa morte.

Na construção do seu argumento, à guisa de comprovar a sua afirmação, Ariès estende sua observação passando pelo período moderno e contemporâneo, concedendo à longa duração uma de suas características de pesquisa das atitudes

⁶ ARIÈS, Phillipe. *O Homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.13.

⁷ *Ibidem*, p. 13.

diante da morte. Ao avançar seu olhar para os documentos do século XVIII e XX na Inglaterra e XIX e XX na Rússia, Ariès diz que a familiaridade de lidar publicamente com a morte perpassa ao longo desses períodos, e o que sensivelmente é alterado são suas resignações com a morte. O mesmo endossa o argumento da historiadora francesa Nicole Castan, que utilizou documentos judiciais do fim do século XVIII, alcançando a seguinte conclusão:

“O homem do século XVII expressa menos sensibilidade e demonstra no sentimento e na morte, resignação e resistência espantosa: talvez em consequência do formalismo dos autos dos processos, mas jamais um condenado manifesta apego especial à vida ou exclama a sua repugnância pela morte”.⁸

Assim, conforme Castan, “o moribundo dá a impressão de aceitar a fatalidade”.⁹ Essa aceitação e atitude antiga diante da morte são definidas por Ariès como morte domada.¹⁰ A percepção de Ariès de permanências quase que cristalizada na longa duração - onde recederá suas maiores críticas - é devida ao conceito cunhado pelo mesmo, que lhe é caro para entender sua concepção de mentalidade e das atitudes diante da morte, o de inconsciente coletivo:

“Mas o que é inconsciente coletivo? Sem dúvidas seria melhor dizer não-consciente coletivo. Coletivo: comum a toda uma sociedade em determinado momento. Não-consciente: mal percebido, ou totalmente despercebido pelos contemporâneos, porque, é óbvio, faz parte dos dados imutáveis da natureza, ideias recebidas ou ideias no ar, lugares comuns, códigos de conveniência e de moral, conformismos ou proibições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e dos fantasmas”.¹¹

Com sua definição, percebemos que sua concepção de mentalidade é atribuída aos indivíduos em sua coletividade, por meio da assimilação do seu inconsciente – uma memória coletiva – que guarda e enraíza os sentimentos de outrora, sem que estes contemporâneos, incapazes de perceberem a totalidade, é imposta a eles sem que saibam.

Para melhor compreensão, podemos utilizar de outra concepção de consciência coletiva, de modo a enriquecer esse estudo. Em *Os Reis Taumaturgos* de Marc Bloch, o autor estudou os ritos de cura que envolviam os reis da França e

⁸ CASTAN, Nicole *Apud* ARIÈS, Phillipe., 2014, *Op. cit.*, p. 35.

⁹ *Idem.*

¹⁰ O autor define como morte domada, a morte familiar com a presença de seus próximos em seu último momento. Período este, em que a morte era próxima e, por isso, aceita e domesticada. Ao contrário do que ela se tornou hoje, selvagem, em que não é falada e, dela, mantém-se distância.

¹¹ ARIÈS, Phillipe. 1990, *Op. cit.*, p. 235.

da Inglaterra, entre os séculos XII e XVIII, em que os mesmos, ao tocarem as escrófulas, podiam curar a moléstia daqueles que fossem a sua procura. Para que se entenda o rito do toque régio, na concepção de Bloch, devem-se compreender as superstições em torno desses monarcas e, conjuntamente, correlacionar com o que o autor vem a chamar de "consciência coletiva". Assim, os ritos serviram como fio condutor para estudar esse caráter sobrenatural dos reis da França e da Inglaterra.¹²

Os reis, em todos os países, eram considerados figuras sagradas. Contudo, somente na França e na Inglaterra que os mesmos possuíam outro caráter peculiar. Eles eram taumaturgos, capazes de curar as escrófulas com o toque de suas mãos: assim, comumente, acreditavam na sua virtude medical. No que tange a consciência coletiva, de pensamentos e sentimentos comuns a toda uma parte da Europa, segundo Bloch, permitiu-se considerar a crença nesse rito curativo. Como ponto de partida, o autor diz que antes de tornarem-se médicos milagrosos, esses reis, havia muito tempo, eram considerados personagens sagrados. Também, para além da atitude pia dos reis com os seus súditos, o milagre régio se apresentava como conceito de poder político supremo, sendo esse ato considerado uma prerrogativa desses soberanos. Nessa perspectiva, a representação acerca dos reis da França e da Inglaterra partia tanto de forma interna - das estruturas políticas dos reis - quanto da forma externa - munidas por seus súditos -, a construção dessa representação coletiva.

De acordo com Bloch:

"Para todo fenômeno religioso, há dois tipos de explicação tradicional: um, que podemos chamar de voltariano, prefere ver no fato estudado a obra consciente de um pensamento individual seguro de si mesmo. O outro, ao contrário, procura ali a expressão de forças sociais, profundas e obscuras; eu de bom grado lhe daria a denominação romântica: um dos grandes serviços prestados pelo romantismo não foi acentuar vigorosamente nas coisas humanas a noção do espontâneo? Essas duas formas de interpretação são contraditórias apenas na aparência. Para que uma instituição destinada a atender a fins precisos indicados por uma vontade individual possa impor-se a todo um povo, é necessário ainda que ela seja sustentada pelas tendências profundas da consciência coletiva; e talvez, reciprocamente, para que uma crença um pouco vaga possa concretizar-se num rito regular, não seja indiferente que algumas vontades conscientes ajudem-na a tomar forma".¹³

¹² BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹³ *Ibidem*, p. 87.

De forma distinta à concepção de Ariès, Bloch parte da consciência dos movimentos que circundam os contemporâneos desse processo, em conjunto com as forças sociais que fazem com que esses indivíduos sintam-se identificados para sustentar de forma recíproca essa concepção curativa dos reis. Em uma construção mais profunda, o autor dialoga com as representações coletivas arraigadas que encontram em curso. Assim, o trabalho do autor propõe uma concepção de estudo para além das narrativas da história política desses países. O mesmo envereda com grande contribuição em um dos primeiros trabalhos no campo das mentalidades e no estudo das representações coletivas.

O historiador francês Michel Vovelle, com importantes trabalhos sobre as mentalidades e as atitudes diante da morte, segue caminhos opostos ao de Ariès. O autor recusa-se a compreender a história das mentalidades por uma simples perspectiva e autonomia do mental coletivo, ou o chamado inconsciente coletivo. “Para mim, sem nenhum reducionismo, a história das mentalidades, com toda a complexidade dos mecanismos que ela permite analisar, se constitui propriamente como a ponta da história social”.¹⁴ Dessa forma, “em contraste com a inércia das representações coletivas, a História da morte continua uma história convulsiva, sacudida por golpes brutais”.¹⁵ Assim, afastando-se sensivelmente da proposta do inconsciente coletivo de Ariès, Vovelle mostra que as relações entre os indivíduos e a morte na experiência humana são “um invariante relativo, todavia, visto que as relações dos homens com a morte se alteraram, como também a maneira como ela os atinge, embora a conclusão permaneça a mesma: é a morte”.¹⁶

A maior crítica de Vovelle é em conceber a morte somente na longa duração. Para ele, esta concepção “tenderia a ser congelar na intemporalidade ou na imobilidade”¹⁷, atribuindo a Ariès o seu questionamento, apesar dele ocupar um lugar ambíguo. Pois mesmo que Ariès defenda uma morte cristalizada em sua interpretação, ele é um dos precursores que tentou distinguir e dividir as etapas da evolução da concepção que era empregada à morte.

A definição de Vovelle da concepção de morte, variável, em oposição à estaque antes proposta, permite afirmar que, de acordo com os eventos da conjuntura de um momento, a mesma pode transformar-se. Essas mudanças

¹⁴ VOVELLE, Michel. 1991, *Op. cit.*, pp. 127-128.

¹⁵ *Ibidem*, p. 136.

¹⁶ *Ibidem*. pp. 128-129.

¹⁷ *Ibidem*. p. 133.

somente são perceptíveis por Ariès, quando ele as divide nas grandes etapas da evolução na concepção da morte.

No entanto, esse processo de concepção da morte requer um elemento que a torne ainda mais completa e, por que não, até mesmo mais interessante. Havia um motivo mais profundo, em se pensar nas práticas de bem morrer e a importância dada aos ritos fúnebres. No decorso do século XIII, intensificaria a construção de um imaginário pedagógico, que será presente nas sociedades de Antigo Regime. Nos testamentos, os sufrágios são para evitar a sua estadia nesse local. Esse lugar e tempo é o Purgatório. “É o resultado da evolução da crença cristã”, segundo Le Goff, que tinha como fundamento a “possibilidade de remissão de certos pecados, em certas condições, depois da morte”.¹⁸ Com este local situado entre o mundo dos vivos e o Juízo final, “o Purgatório enriquece, complexifica e dramatiza os ritos da passagem mortuária”.¹⁹

Essa concepção do “Terceiro Local”²⁰ - criado no medievo e ainda presente nos dias atuais – estava consolidada no imaginário coletivo das sociedades cristãs. No século XIV, já se iniciava a encontrar nos testamentos, a menção do mesmo, demonstrando o receio que o moribundo tinha de estar nesse lugar intermediário. Contudo, preferível ir ao encontro ao Purgatório e expiar seus pecados e em algum momento – em vista que esta estadia era transitória – alcançar o Paraíso; do que ir diretamente, devido a erros de conduta gravíssimos durante a vida, à imediata punição do Inferno. De acordo com Le Goff, o Purgatório foi de grande importância no medievo, no que concerne ao julgamento do indivíduo:

“O tempo de Purgatório que Deus determinava para cada um no momento da sua morte era, eminentemente, um tempo individual. Individual porque, tal como a vida terrena, era variável de indivíduo para indivíduo. Individual também porque dependia, em parte, da responsabilidade de cada um. Embora depois da morte a sua duração dependesse dos sufrágios alheios, ele começara já antes da morte a ser pré-definido pelos méritos ou deméritos, pelas virtudes e vícios, pelos arrependimentos e reincidência, pelas confissões e negligências, pelas penitências mais ou menos bem cumpridas pelo futuro defunto”.²¹

¹⁸ LE GOFF, Jacques. “O tempo do Purgatório: séculos III-XIII”. In: *O imaginário medieval*. Lisboa: Editora Estampa, 1994, p. 109.

¹⁹ *Ibidem*, p.116.

²⁰ Cf. VOVELLE, Michel. “Em busca do terceiro local”. In: *As almas do Purgatório: ou o trabalho de luto*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp. 23-119.

²¹ LE GOFF, 1994, *Op. cit*, p. 121.

Chamamos atenção para a Divina Comédia de Dante Alighieri, escrita em fins do século XIII que, com sua descrição sobre o Inferno e Purgatório, contribuiu na construção do imaginário desses locais ²². Do Purgatório buscava-se uma curta estadia e, do Inferno, tinha como objetivo evitar. Esse local intermediário - o Purgatório -, o monte que simboliza o Terceiro Local, na concepção de Dante, divide-se da seguinte forma:

“O Purgatório da *Commédia* é composto por nove círculos ou níveis, sendo que os dois primeiros servem como uma espécie de antecâmara do Purgatório (anti-purgatório) onde se encontram os arrependidos tardios. Nos sete círculos subsequentes estão os pecados propriamente ditos. Cada círculo corresponde a um pecado e a sua expiação. São eles em ordem crescente, quanto mais alto mais perto do Paraíso,: I- os orgulhosos; II- os invejosos; III- os iracundos; IV- os preguiçosos; V- os avaros e pródigos; VI os gulosos; VII- luxuriosos. Ressalta-se que os pecados do Purgatório dantesco correspondem a uma classificação dos sete pecados capitais” ²³.

A presença do Purgatório é fundamental para compreender as atitudes diante da morte, os ritos fúnebres e o medo das mudanças desses rituais, devido à construção desse imaginário pedagógico e controlador do mundo secular pela Igreja. Essa percepção se encontra profusamente enraizada nas práticas testamentárias, nas quais os sufrágios que são postos nesses documentos de últimas vontades constituem importante recurso para a salvação da alma.

Ariès e Vovelle, expoentes no estudo da história das mentalidades e nas atitudes diante da morte, foram de grande contribuição para a historiografia. Com eles, a temática da morte se expandiu e ganhou países, influenciada por seus métodos e argumentações. No que cabe a este capítulo, devido ao recorte monográfico, salientaremos os trabalhos referentes aos estudos da morte – as atitudes e a relação da morte com outros âmbitos da sociedade – de modo a apontar os caminhos da historiografia brasileira em relação aos estudos das atitudes diante da morte.

Os estudos atinentes à história das mentalidades não chegaram de imediato ao Brasil. As principais obras na França referentes a esta temática, produzidas entre os anos de 1960 e 1980, somente aos poucos foram sendo traduzidas e lançadas no país. Ronaldo Vainfas, ao traçar um panorama da historiografia da história cultural brasileira, aponta este atraso bibliográfico como um dos principais elementos que

²² ALIGHIERE, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

²³ STABELE, Karla Cristiane. *O Purgatório na Divina Comédia de Dante*. Curitiba: UFPR - Setor de Ciências Humanas, letras e Artes, 2003. p. 32. (Monografia).

dificultaram a inserção desse campo de pesquisa. À guisa de exemplo, ele menciona o livro *Magistrados e feiticeiros na França do século XV* de Robert Mandrou, publicado em 1968, que somente é traduzido e chega ao Brasil em 1979, mas somente passa a ser valorizado em 1980, sendo um das obras pioneiras no campo das mentalidades. Por parte da historiografia dedicada ao campo da cultura, pouco se conhecia da vertente britânica dedicada à cultura de inspiração histórico-antropológica de viés marxista presente nas obras de Christopher Hill – *O mundo de ponta cabeça* – e de Thompson – *A formação da classe operário inglesa*. Menos ainda, se conhecia de Carlo Ginzburg, precursor da micro-história italiana e autor de *O queijo e os vermes*. Todos esses trabalhos, como aponta Vainfas, são importantes em sua contribuição no tocante ao âmbito do desenvolvimento e amadurecimento das pesquisas que são influenciadas por temáticas caras à mentalidade.²⁴

Com a possibilidade da chegada dessas novas obras ao território brasileiro²⁵, o avanço da pós-graduação e a crise de um regime militar enfraquecido, “pouco a pouco se abriu a estes novos campos”.²⁶ Deste modo, conduziu e influenciou os historiadores brasileiros na perspectiva da nova história, permitindo a mudança de ares, antes as pesquisas mais ideológicas e engajadas, em virtude de críticas ao regime militar instaurado no país:

“O período colonial e o século XIX têm sido, aliás, as épocas privilegiadas por este tipo de historiografia em nosso país, possível sinal de que, na prática, tais abordagens têm funcionado melhor quando aplicadas a sociedades pré-capitalistas. Lembremos que, também no caso da historiografia europeia, a Idade Média e a época moderna sempre foram os períodos privilegiados no enfoque das mentalidades”.²⁷

Conforme apresentaremos, as pesquisas que foram influenciadas pelas mentalidades e pela temática das atitudes diante da morte entre os historiadores brasileiros correspondem ao período colonial e imperial – felizmente, tais estudos,

²⁴ VAINFAS, Ronaldo. *História Cultural e Historiografia Brasileira*. In: História – Questões & Debates, n° 50. pp. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

²⁵ É importante salientar que, mesmo com a inserção de obras importantes no estudo das mentalidades das atitudes diante da morte na década de 1970 e com os novos ares da conjuntura brasileira - até os dias de hoje -, muitas das obras fundamentais que tangem estas temáticas, ainda não alcançaram o nosso território. Acarretando tanto a dificuldade de logística e de idioma, o que muitas vezes, ainda torna essas obras desconhecidas entre os estudos monográficos que abordem esses temas. Cf: VOVELLE, Michel. *Piété baroque ET déchristianisation em Provence La mort aux XVIIe siècles*. Paris: Gallimard; CHAUNU, Pierre. *La mort à Paris XVIe XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Editions Fayard; LEBRUN, François. *Les Hommes ET la mort em Anjou aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Mouton, 1971.

²⁶ VAINFAS, 2009, *op. cite*, p. 229.

²⁷ VAINFAS, 1997, *Op. cit*, pp. 189-241.

estão avançando em períodos contemporâneos da história do Brasil.²⁸ Tais áreas, conforme podemos perceber acima, chama a atenção que historiadores afinados ao período medieval e moderno, sejam aqueles mais próximos e interessados por estas temáticas. Cabe agora expor as pesquisas no âmbito da historiografia brasileira, preocupados com as atitudes diante da morte e sua relação com o social.

Kátia Mattoso é uma das pioneiras no Brasil em estudar os testamentos e atitudes diante da morte, tendo como objeto de sua pesquisa o testamento de escravos libertos da Bahia no século XIX. Podemos perceber que a historiadora recebeu a influência do movimento dos Annales - sobretudo devido à história das mentalidades - e também, por sua inspiração nos estudos de Vovelle e seus métodos, na utilização dos testamentos em sua pesquisa, a respeito do processo de descristianização de Paris, no século XVIII.²⁹

Sua proposta em estudar a decadência econômica da Bahia, na segunda metade do século XIX, conduziu a captar as reações, as adaptações e inaptações das pessoas que vivenciaram a flutuação econômica deste período. Para a época de sua análise, a autora diz que a população de Salvador era mal conhecida pela história e carente de estudos. O que ela podia dizer que mais de 70% da população era mestiça, e tinha sido a África, mais que Portugal, a povoar a Bahia. Assim, partindo dessa constatação, Mattoso parte de seu problema a concentrar sua argumentação no grupo dos libertos que deixaram testamentos, na primeira metade do século XIX - os anos de 1790 a 1826 - e da segunda metade do século XIX - os anos de 1863 a 1890 -, visando captar as mudanças e evoluções, ao longo do século. Tornando possível, dessa forma, delinear um modelo de comportamento social do povo baiano.³⁰

Sua conclusão é que, na segunda metade do século XIX, a pompa fúnebre contida nos testamentos caiu abruptamente, com relação à documentação da primeira metade do século XIX. Contudo, neste período, ela percebeu que este

²⁸ Apesar do desenvolvimento da historiografia brasileira, em curso nas décadas de 1970 e 1980, mediante a contribuição da Nova História, convém mencionar que houve críticas referentes a estas produções. Conforme Vainfas, os historiadores Ciro Flamarion S. Cardoso e Jacob Gorender questionaram os "novos historiadores" de se renderem a "modismos estrangeiros", assim, contribuindo no âmbito nacional "para a pulverização e fragmentação da história de renunciarem à questão central da luta de classes e do capitalismo em favor de temas irrelevantes e minúsculos que não punham em xeque a ordem mundial dominante, sendo, por isto, reacionários". Cf. VAIFAS, 2009, *Op. cit.*, p. 229.

²⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupios, 2004.

³⁰ *Ibidem*, pp. 227-231.

processo não apenas ocorre com este grupo social, mas também, com os livres. Apesar de dizer que seja insuficiente afirmar, Mattoso diz que o declínio econômico da época pode ter influenciado a escassez dos cortejos com maior pomposidade. Contudo, a autora não confirma a sua hipótese e nem aponta outros motivos que possam ter acontecido para esta mudança comportamental.³¹

Sua pesquisa, estando influenciada pela história social e pela história das mentalidades, foi fundamental para a abertura do campo de pesquisa, amparado na relação da morte com os fatores sociais que circundam o desenvolvimento da sociedade.

Um dos maiores expoentes no estudo da história da morte no Brasil é o historiador João José Reis. Em 1991, em seu artigo publicado pela revista de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia³², ele se propôs a um balanço da produção dessa área no Brasil e no estudo das fontes para essa produção, referente à Bahia do século XIX. Na época, a sua constatação, foi a seguinte:

“Nossos historiadores pouco voltaram para o assunto”³³ (Marcilio, 1983: 64). Entretanto, àquela altura, Kátia Matoso (1979) já havia chamado a atenção para o potencial dos testamentos como fontes para o estudo da morte brasileira. Esses mesmos testamentos serviram de base para a tese de mestrado de Inês Oliveira (1979,1988), recentemente publicada, onde dedica um inteligente capítulo às atitudes dos ex-escravos – os chamados libertos – face à morte.³⁴

No início da década de 1990, em média três décadas após a gênese das pesquisas referentes às mentalidades na França e com o surgimento dos primeiros trabalhos sobre as atitudes diante da morte, as análises iniciais no estudo da morte - inclusive o do próprio Reis, do qual falaremos adiante - são diretamente influenciados pelos historiadores franceses Phillipe Ariès e Michel Vovelle, acima expostos. Na abertura de seu artigo, Reis afirma a importância da contribuição francesa no tocante aos estudos da morte e, além disso, menciona a virada das atitudes diante da morte, presente na obra dos dois autores franceses, e que será importante no entendimento de seu maior trabalho de referência à historiografia brasileira, referente ao tema:

³¹ *Ibidem*, pp. 225-260.

³² Revista Caderno CRH, Cf. <http://www.cadernocrh.ufba.br/submissions.php>.

³³ Grifo de João José Reis.

³⁴ REIS, João José. Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX. In: *Caderno CRH*, n° 15, p. 111-122, jul./dez, 1991, p.112.

“A história das atitudes diante da morte constitui um dos campos mais interessantes da chamada “história das mentalidades”. Utilizando uma variedade de fontes literárias, arquivísticas, iconográficas e arquitetônicas, os historiadores, principalmente franceses, têm estudado as mudanças das atitudes do homem europeu diante da morte, numa perspectiva de longa e média duração. A grande virada nessas atitudes teria ocorrido na era do iluminismo e das revoluções, entre os séculos XVIII e XIX, movimento que para uns se operou da morte domesticada à morte selvagem, para outros, da morte barroca à morte moderna, e ainda outros, da morte corporativa à morte individualista”.³⁵

Em *A Morte é uma Festa*, João José Reis torna-se a maior referência na historiografia brasileira no estudo da morte. Em seu livro, publicado em 1991, ele aborda uma revolta que ocorreu na Bahia, no século XIX, no dia 25 de outubro de 1836, contra um cemitério.³⁶ Este episódio ficou conhecido como Cemiterada:

“A Cemiterada começou com uma manifestação de protesto convocado pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigas que, entre outras funções, cuidavam dos funerais de seus membros. Naquele dia, a cidade acordou com o barulho dos sinos de muitas igrejas. Os mesmos sinos usados na convocação para as missas, procissões, festas religiosas e funerais eram agora dobrados para chamar ao protesto coletivo. A reunião fora marcada para acontecer no terreiro de Jesus, no adro da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos. De suas sedes, marcharam para ali centenas de membros de irmandades.”³⁷

O evento se deu, pois no dia seguinte à revolta, entraria em vigor uma lei que proibiria o tradicional costume de enterros nas igrejas. Assim, o monopólio dos enterros, seria concedido a uma companhia privada por trinta anos. Este ato ocorre após a medida sanitarista, que tinha por razão, distanciar a aproximação dos mortos com os vivos devido à preocupação de doenças e com o mau cheiro, comumente presente nesses locais onde eram enterrados os corpos. No que tange a importância da menção desse evento, na verdade, são as motivações que levaram a esse levante e no que isso se imbrica aos rituais de morte dessa sociedade.

Segundo Reis, a motivação central da Cemiterada foi a defesa da concepção religiosa sobre a morte – o catolicismo barroco – que correspondia na sua concepção a respeito dos mortos e de seus ritos fúnebres. A população, constituída por livres e forros, e com distintas posições sociais, se uniu ao chamado das irmandades para defender a sua concepção de morte e garantir seus pressupostos

³⁵ *Ibidem*, p. 111. “Grifos do autor”.

³⁶ Para entender o movimento da Cemiterada, João José Reis analisa de forma sólida a região da Bahia, no que condiz a sua organização social, econômica e política; a importância das irmandades leigas nessa sociedade; as suas atitudes diante da morte e seus rituais fúnebres; e sua visão do *post-mortem*.

³⁷ REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13.

de uma boa morte, através de seus rituais. Pois, segundo o antropólogo francês Van Gennep – com seus estudos sobre os ritos de passagem:

“Os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres, assim como as crianças não batizadas ou que não receberam nome, ou não foram iniciadas, são destinadas a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída. São os mortos mais perigosos, porque desejariam reagregar-se ao mundo dos vivos, mas não podendo fazê-lo conduzem-se como estrangeiros hostis. Não dispõem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu mundo, e por conseguinte devem procurá-los à custa dos vivos. Além disso, estes mortos sem lar nem lugar sentem frequentemente um amargo desejo de vingança. Deste modo, os ritos dos funerais são ao mesmo tempo ritos utilitários de grande alcance, que ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos”.³⁸

Com esta constatação, os rituais de morte - tão importantes para aqueles que se foram e para os que aqui estão -, a defesa na continuidade de suas atividades sobre a morte são de interesse dessa sociedade. E um ato contra o impedimento do enterro nas igrejas, - que os deixavam mais próximos do caminho da salvação - era um ato visto de forma negativa por aqueles que participaram do levante.

Para chegar a esta conclusão, percebemos que Reis se aproxima da proposta metodológica de Ariès na análise da concepção da morte na longa duração. Com uma leve sensibilidade de seu precursor, o segundo aprofunda seus estudos em outros aspectos do social, seja na cultura e mentalidade no que diz respeito à morte e seus rituais e na constituição das desigualdades sociais e hierárquicas da Bahia oitocentista.

A fragilidade de Reis que, utilizando-se da metodologia da longa duração de Ariès, mantém inerte a concepção da festa e do barroco ao período em que estuda, ou seja, uma padronização de atribuições dentro de um grande modelo das atitudes diante da morte correspondente ao seu período demarcado. Por embasar a sua pesquisa nesse tempo longo e condensar a mesma nos moldes e mudanças no que se refere às grandes divisões e transições da sensibilidade com a morte na visão de Ariès, o mesmo se limita em não perceber as especificidades que poderiam aparecer no momento em que ele aborda. Permitindo, através dessa conjuntura, compreender as mudanças dessa concepção ao longo do século XIX.

O autor enfatiza a pompa fúnebre para embasar a sua argumentação da morte e da festa. Contudo, interpretamos essas atividades, não negando a cultura

³⁸ GUENNEP, Arnold Van *Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Rio de Janeiro, 2011, p. 138.

barroca, como demonstração de poder que o morto possuía, de modo a enfatizar a sua condição mesmo no *post-mortem*, perpetuando a sua continuidade, mantendo o seu legado e enquanto estratégia de mobilidade social.

Outra importante contribuição para a historiografia brasileira são os trabalhos da historiadora Cláudia Rodrigues. Atualmente, ela é uma das maiores referências e com vasta publicação nos estudos relacionados à temática da morte. Um de seus importantes trabalhos é *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, em que os lugares de moradia dos mortos correspondem uma dada relação com os vivos por estarem próximos do convívio nas igrejas e de suas moradas. A autora buscou analisar a epidemia de febre amarela que assolou o país nos anos de 1849 e 1850, mostrando que a difusão das práticas sanitaristas influenciou nas relações com os mortos. Ela observa que este evento desencadeou as transformações das práticas funerárias, implicando nas alterações e mudanças dos rituais, por conseguinte, da relação entre os vivos e os mortos.³⁹

Nesse período, Rodrigues chama a atenção para as condições precárias e insalubres que no século XIX encontravam-se o Rio de Janeiro. Neste século, os estudos existentes sobre a cidade e os trabalhos de história da medicina no país olhavam da mesma forma negativa que os médicos da época. Assim, o Rio de Janeiro era constantemente assolado por epidemias, vitimando um grande número de pessoas.⁴⁰

“A epidemia não foi a única protagonista do desenvolvimento do medo aos mortos. Seu aparecimento, em 1850, apenas serviu como elemento catalisador de um processo mais amplo, que vinha sendo gestado na primeira metade do século XIX, na Corte, e que pode ser identificado através dos seguintes fatores: a) o desenvolvimento, a partir da década de 1830, de um saber médico que, empenhado na prevenção de doenças, recomendava a implantação de medidas higiênicas rigorosas para os mais variados espaços da cidade, apontando, dentre elas, a necessidade de transferir as sepulturas para longe dos limites da cidade; b) a presença de uma imprensa, inexistente até 1808, mas cada vez mais atuante na disseminação de informações, antes inacessíveis ao grande público, viabilizando a formação de opiniões mais homogêneas, como as referentes as discussões médicas sobre os efeitos dos enterramentos intra-muros; c) a emergência do poder público, empenhado na adoção de medidas de salubridade, com fins de empreender seu projeto de urbanização. Tais fatores caminharam paralelamente e estiveram interligados”.⁴¹

³⁹ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos nas cidades dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Revisão e Editoração, 1997.

⁴⁰ *Ibidem*. pp. 32 e 34.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 53-54.

A prática sanitaria implicou nas relações entre os vivos e os mortos. “Os cadáveres, os sepultamentos e os cemitérios foram alguns dos alvos da medicinal social” que lidava com os focos de desordem do espaço urbano. O odor cadavérico que era exalado das igrejas passou a ser questionado por estes grupos, que o correlacionava a malefícios da sociedade e passavam a ir contra os enterros dentro das igrejas. Por guisa de comparação, podemos perceber que as transformações analisadas por Reis na Bahia, também estavam por ocorrer no Rio de Janeiro. O século XIX passou por mudanças, muitas vezes não acompanhadas, pela grande maioria de avanços das práticas sanitarias e com mudanças das relações religiosas entre os vivos e mortos. De forma concomitante ao movimento da Cemiterada, conforme Reis analisou, a autora parte de uma premissa do desenvolvimento urbano e da mudança lenta do imaginário entre os vivos e os mortos no início do século XIX, de forma a conduzir a sua pesquisa.

Rodrigues chega à conclusão que estas mudanças, no que tange ao sepultamento, gradativamente levaram as transformações dos ritos fúnebres empreendidos por esta sociedade. Os costumes tradicionais, que preparavam o morto para uma boa morte, passavam por um processo de secularização. Conforme Ariès, os testamentos parisienses da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX foram diminuindo os aspectos religiosos e aproximando-se ao desejo da simplicidade no funeral. Esta característica tornou-se típica dos testamentos do século XIX. Ariès e Vovelle observavam este processo como abandono das crenças religiosas e o progresso da descristianização. Contudo, Ariès acredita que provavelmente há outras razões ainda desconhecidas para este processo na Europa.⁴² Acreditamos que para a realidade do século XIX no Império do Brasil, estas transformações não são claras e requerem estudos mais avançados a respeito, para além das práticas sanitarias e do desenvolvimento urbano.

Rodrigues também tem importantes contribuições no estudo da utilização dos testamentos enquanto fonte nas pesquisas sobre as atitudes diante morte nas sociedades católicas de Antigo Regime⁴³:

⁴² ARIÈS, Philippe. *Op. cit.*, pp. 628-629.

⁴³ Cláudia Rodrigues e Mauro Dillmann têm um interessante artigo em que eles utilizam três manuais de modelos de testamento católicos do século XVIII, de modo a demonstrar a similaridade da estrutura textual para a confecção do testamento. Cf. RODRIGUES, Claudia e DILLMANN, Mauro. *Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação: modelos católicos de testamentos no século XVIII*. In: Unisinos – doi: 10.413/htu.2013.171.01. Janeiro/Abril, 2013.

“Desde as primeiras investigações no campo da História das atitudes diante da morte, a partir da década de 1960, uma das temáticas mais estudadas foi a prática testamentária, e esses estudos acabariam transformando os testamentos em uma das fontes mais utilizadas nas pesquisas sobre a morte e o morrer em sociedades de Antigo Regime”.⁴⁴

Estes importantes documentos no estudo da morte proporcionam ao historiador uma riqueza de possibilidades na sua utilização. Nele, o moribundo fazia a preparação para a sua morte e, concedia a si, os rituais adequados para a sua garantia de uma boa morte. A igreja, por meio desse último ato de condução da alma à salvação, “seriam beneficiadas com doações, legados e esmolas que constituíram, por muito tempo, sua principal base de sustentação financeira e patrimonial”.⁴⁵

Apesar da riqueza do testamento como fonte histórica, Rodrigues diz que nos fins dos anos de 1990 a utilização desta documentação seria alvo de questionamentos devido ao seu caráter repetitivo, estereotipado, além da feitura do mesmo ter por base uma série de outros modelos, tornando-o exíguo de conteúdo. Apesar de tal crítica, a autora diz que essas argumentações abrem caminhos para a reflexão de outros aspectos que a utilização dessa fonte ainda é viável, tendo em mente até onde é possível identificar a sensibilidade por trás desse ato jurídico, compreendendo a fala do morto em seu testamento e sabendo distinguir as suas últimas vontades, do modelo padrão da feitura do mesmo.⁴⁶

Os estudos das atitudes diante da morte e das práticas testamentárias, também contaram com importantes contribuições de historiadores que pesquisaram a sociedade mineira do século XVIII. Adiante, mostraremos algumas das principais contribuições a temática e autores referências neste estudo.

Os ritos fúnebres são as consequências práticas das atitudes diante da morte, sobretudo, frutos de últimas vontades, postos em testamento. A importância dos ritos *post-mortem* nas sociedades de Antigo Regime - para além de sua pompa fúnebre e de sua demonstração social no momento da morte - corresponde, segundo Adalgiza Campos, um processo de humanização por meio de uma dupla morte. Morte natural e morte cultural consistem nas duas modalidades de

⁴⁴ RODRIGUES, Cláudia. “O uso de testamentos nas pesquisas sobre as atitudes diante da morte em sociedade católicas de Antigo Regime”. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia e WANDERLEY, Marcelo da Rocha (Org.). *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América ibérica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 17.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 26, 31 e 38.

comportamento social frente à finitude do homem. A primeira tem a sua finalidade de imediato, em que fica constatado que houve o fim biológico do indivíduo; enquanto a segunda é aquela que os sobreviventes, por meio dos ritos, confirmam socialmente a morte biológica.

“A morte cultural é mais humana porque realiza esse processo de hominização, através de uma dupla morte. Nesse processo ao reconhecer a morte do outro os sobreviventes tomam consciência do destino próprio. A morte cultural cumpre esse papel de ensinar ao homem a sua condição e limites e serve-lhe como advertência para construção de um projeto de vida mais engajado com a criação de um mundo mais harmônico com a natureza humana”.⁴⁷

Os ritos fúnebres, contudo, não apenas eram utilizados de forma a humanizar a natureza humana e tornar socialmente reconhecido por meio da segunda morte, o derradeiro momento biológico do indivíduo. Conforme já mencionado antes, a fonte testamentária é de grande riqueza para aqueles que a ela se dedica. Com olhares distintos, podem ser retiradas delas outra nuance que correspondem a este momento da morte.

Destacamos as missas como uma das principais disposições de últimas vontades em testamento, enquanto fundamental na crença de expiação da alma. Conforme Adalgisa Campos, as irmandades são as responsáveis na garantia do morto de fazer cumprir esse elemento atinente a sua pompa fúnebre. “Muito divulgada é a crença em seu poder expiador, reparador e na sua eficácia para aplacar a ira divina e alcançar a pacificação no plano social, a elevação espiritual e notadamente a salvação da alma”. A missa é um ritual litúrgico, com destaque para a consagração da eucarística, representando o sacrifício e a redenção de Cristo. Do mesmo modo que, por meio da promessa de salvação, pode conduzir aqueles que creem neste mistério.⁴⁸

No período moderno as missas são os ritos mais solicitados nos testamentos e no cotidiano das irmandades nas Minas setecentista. “Através da doação de bens a uma ordem ou irmandade, o testador preservava os recursos para a realização perpétua de missas em louvor ao santo de sua devoção, visando o bem da própria alma ou de seus familiares ou ainda das almas do Purgatório”.⁴⁹ A prática

⁴⁷ CAMPOS, Adalgisa Campos. “Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista”. In: *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*. VI, 1988, p. 110.

⁴⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Irmandades mineiras e missas”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, n° 16, Set/96, pp. 66-67.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 69.

testamentária e seus rituais nele presentes são unânimes a ser concebidos pela historiografia enquanto tentativa em obter a salvação da alma. Contudo, os estudos mais recentes, além dessa característica tradicional do mesmo, vêm a atribuir outras possibilidades, a descortinar outros interesses na feitura desse documento de últimas vontades.

Eduardo França Paiva, tendo como base os testamentos de homens e mulheres, livres e libertos, da Comarca do Rio das Velhas, empreendeu em sua pesquisa temas como as estratégias de resistência empregadas pela população negra contra o sistema escravista; o grande número de alforrias e coartações; e a atuação das mulheres cativas e libertas na construção da sociedade setecentista mineira. De acordo com o mesmo, os testamentos fazem parte da construção de um relato individual que, com frequência, expressa o modo de vida coletivo, informando sobre o comportamento de um determinado grupo social. Assim, “em sua essência, durante o século XVIII, encontram-se elementos definidores do mundo material, bem como da esfera do mental da vida colonial”.⁵⁰

Importante ressaltar que este trabalho permitiu concentrar o estudo dos indivíduos e o cotidiano dos escravos forros e coartados⁵¹, tendo o testamento como importante fonte para a condução das vivências coletivas, as suas relações cotidianas e a formação de memória do testador. Este momento último permitia ao moribundo revelar segredos, momento reservado a confissões e, como canal de expressão, manifestação de nobres atitudes cristãs visando à absorção de sua alma.⁵² Para Paiva, os forros partiam de absolvição de valores dominantes, de forma a conseguir melhores condições dentro da sociedade.

Júnia Furtado, em seu estudo a respeito dos ritos fúnebres pautada na prática testamentária de mulheres forras do arraial Tejuicano e de homens de negócios moradores de diversas localidades da Capitania de Minas Gerais, afirma que esses ritos garantiam ao morto a salvação da sua alma e eram também utilizados como forma de exteriorização do lugar social que cada um ocupava em sociedade. Conforme a autora, a sociedade setecentista se organizava de forma hierárquica e

⁵⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégia de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 43.

⁵¹ Cf. PAIVA, Eduardo França. “Coartações e Alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”. In: *Revista de História* 133, 2º Semestre de 1995. pp. 49-57.

⁵² PAIVA, 2009, *Op. cit.* pp. 39 e 45.

excludente. Contudo, a sociedade colonial era fluida e os aspectos da vida cotidiana eram importantes no que diz a afirmação e reprodução da estratificação social, expressas por meio da pompa, tornando visível a sua ordenação.⁵³ Dessa forma, a sociedade funcionava como espelho e reflexo, momento este importante para realizar as cerimônias públicas e expressar como o indivíduo se prostrava diante da sociedade:

"Eis a razão porque, desde o nascimento até a morte, todos os momentos da vida privada e pública de um indivíduo eram cercados de um ritual que servia para rememorar e introjetar o lugar social e a função de cada um. A hora da morte era o último momento para que estes aspectos fossem exteriorizados. Cercada de ritos, permitia o perdão dos pecadores, a salvação da alma e, ao mesmo tempo, preservava e reafirmava as hierarquias sociais estabelecidas na vida".⁵⁴

Concomitante a sua demonstração, a autora diz que quando alçada a posição hierarquicamente superior, as negras forras e os homens de negócios agiam de forma conservadora, buscando se identificar com o novo segmento que estavam se inserindo e reproduziam valores dominantes. De acordo com a autora, apesar de serem duas condições sociais distintas, os mesmos se aproximam devido a ambos buscarem esquecer o seu passado. Enquanto o primeiro distanciava-se do estigma social da senzala, o segundo grupo buscava apagar o estigma de mecânico e cristãos-novos que os identificavam.⁵⁵ Todavia, em virtude das ações desses indivíduos e do universo valorativo de cada um, não endossamos a argumentação de Furtado - nem a de Paiva -, no que tange a reprodução desses valores. Em contrapartida, seguimos do princípio em que os mesmos assimilavam esses múltiplos valores que circulavam na sociedade, de acordo com a sua visão de mundo e munidos de estratégia pessoal, de forma a se inserir nas práticas de sociabilidade.

Conforme podemos perceber, os documentos de últimas vontades nos permitem aproximar-nos da complexidade de organização e do imaginário das sociedades de Antigo Regime. Para Kelmer Mathias, a feitura do testamento permitia ao indivíduo estar de proximidade com a morte, além da possibilidade de empreender por meio do arrependimento e do reconhecimento de seus pecados o

⁵³ FURTADO, Junia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris. (orgs). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v.1, São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, pp. 397-416.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 2.

⁵⁵ *Idem*.

alívio de sua consciência. "A consciência perturbada, marcada pelo pecado e corroída pela culpa implicava em uma alma impura, indigna da Corte Celestial e, logo, condenado ao fogo do Purgatório⁵⁶". Consoante ao autor, após o depuramento de sua consciência, o mesmo podia tentar obter a salvação de sua alma - por meio das missas, das esmolas, as doações as Irmandades, etc. - ou no mínimo encurtar a estada da mesma no Purgatório.

O autor segue por outro caminho no tocante a historiografia atribuída à feitura da prática testamentária. Enquanto comumente os ritos presentes em testamentos são vistos unicamente enquanto salvação da alma ou à abreviação da passagem no Purgatório, o mesmo contribui em apontar que, apesar de uma profunda ligação entre a consciência e a alma, as mesmas se imbricam, mas possuem dois momentos distintos na culminância desse processo. Enquanto que, com a primeira buscava-se em vida aliviar a consciência dos malogros cometidos, pondo-se em paz; com a segunda, no *post-mortem*, as suas ações e seus "legados da consciência", poderiam levar a alcançar, o seu objetivo final, a salvação da alma.⁵⁷

Conclusão

Por meio desta breve análise historiográfica, esperamos ter conseguido dar conta dos principais autores que contribuíram com as pesquisas relacionadas à morte e aos ritos fúnebres, do seu nascimento na França e a inserção da temática no Brasil. Este estudo, em nosso território, tem frutificado vários trabalhos importantes e mostram a relevância do estudo da morte e do morrer.

⁵⁶ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. "Legados da consciência: estratégias para livrar a alma do 'fogo do Purgatório'". In: *História* (São Paulo), v. 34, n. 1, 2015, p. 2.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 163-194.